



**Ouvidoria com ex-reeducandos e familiares de presos do Sistema
Carcerário Alagoano - Comissão de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) -
OAB/AL**

16 de Agosto de 2022 - Auditório da reitoria da UFAL

Do primeiro contato com a família

Quando entrei logo vi Fernando junto a duas mulheres. Me aproximei cumprimentando Fernando e em seguida elas. Uma delas era mais nova, forte e com um cabelo grandão escuro. Já a outra era mais velha, loira e tinha um sotaque diferente. Juliana foi chamada e logo acabou saindo em direção a outro grupo de mulheres. A outra continuou lá conosco. Ela já estava conversando com Fernando quando eu cheguei. Fiquei então calada os observando. Ela é esposa de um preso. Tinha ido à Auditoria para pedir ao pessoal da OAB algumas orientações. Seu esposo que estava preso por tentativa de homicídio. Ela tentava nos explicar que ele foi impulsivo no momento. Ele estava bebendo com a vítima quando aconteceu. Assim ela nos disse: “ Foi coisa de bebida, sabe?”. Ela é carioca e atualmente mora sozinha em Maceió. E nos contava como estava difícil ficar aqui sozinha. Ela estava pensando em ir para Portugal. Segundo ela, seu filho está morando lá. Ela tem até um netinho e queria ficar próximo a eles. Mas tinha pena de deixar seu esposo aqui sozinho. Diante do dilema, ela resolveu vir à auditoria. Ela pede a Fernando uma orientação sobre o processo de seu marido. Ele explicou que quando Roberto chegasse poderia conversar melhor com ela. Avistei Rodrigo vindo junto a Afrânio em nossa direção. Eles estavam em uma roda conversando junto com Thaís Sarmiento e Igor Medeiros. Nos cumprimentamos e ficamos conversando sobre nossas pesquisas enquanto aguardávamos a chegada de Roberto. Momento em que nos afastamos da mulher em direção ao Auditório da Reitoria.



Do auditório

A mesa ainda não estava composta. Ficamos esperando mais pessoas chegarem. Alguns dos que lá estavam foram se acomodando dentro do auditório. O espaço era grande e fechado. Com um ar condicionado bem frio. Paredes e pisos claros. Sua estrutura faz lembrar uma arquibancada. Várias cadeiras confortáveis marrons, que acopladas ao encosto de braço continham um apoio similar a um braço de uma cadeira de sala de aula. Havia escadas no meio separando os dois setores de cadeiras. Quando vamos descendo as escadas tem até uma mesa escura com cadeiras giratórias bege. No canto da mesa estavam as bandeiras do Brasil e de Alagoas. Entramos e fomos nos acomodando. Escolhi sentar mais próxima da mesa. Já Afrânio e Rodrigo ficaram mais em cima em razão da proximidade com as caixas de som, haja vista que a acústica do auditório privilegiava o fundo que reverbera o som das falas ao microfone. Fernando me pediu para gravar em meu celular para termos um áudio reserva. Quando Roberto chegou, ele nos convidou a formar um círculo. Lá estavam advogados, pessoal da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão Racial e pesquisadores. Roberto delegou as atividades para cada um e fez uma breve explicação de como seria a auditoria. A orientação geral foi a de elencar eixos baseados nas principais demandas apontadas tanto pelos reclusos ao longo das inspeções quanto pelos próprios familiares em oportunidades anteriores. Os eixos giravam em torno de questões de saúde, tortura, trabalho, questões de acesso a justiça, medicamentos, alimentação, entre outros. Foi decidido que cada familiar teria 5 minutos para, primeiramente se apresentar, reconhecer qual a unidade onde seu familiar está recluso e descrever a sua reivindicação. A ordem de fala seria baseada de acordo com as unidades, assim se caso o primeiro familiar que tivesse a palavra fosse de um preso do Baldomero, o próximo familiar que quisesse falar acerca de um problema relativo ao Baldomero teria que aguardar até que os outros familiares das outras unidades falassem também, assim finalizando uma rodada contemplando as demandas relativas ao máximo de unidades possíveis. Foi decidido que a mesa fosse distribuída em cadeiras de plástico ao invés de ficar na mesa robusta do auditório. Foi uma tentativa de aproximar mais a mesa dos familiares que ali estavam concentrados do lado direito. A ideia partiu de Fernando, que foi imediatamente acatado por Roberto que prontamente desceu as escadas para organizar as



cadeiras juntamente com Rodrigo. Sem mais delongas, ele desceu as escadas carregando com Fernando as cadeiras acompanhado do pessoal que iria completar a mesa. Quando todos se organizaram havia na mesa doze pessoas entre advogado, professor, pesquisador, promotor, perito além das comissões. Entre os que vieram acompanhar a ouvidoria, estavam presentes menos de 10 familiares de presos, a maioria mulheres que eram esposas e somente 1 rapaz, que aparentava ter uma idade entre 15 e 18 anos. Os familiares concentraram-se como um grupo próximo às cadeiras dos ouvidores na primeira fileira ao lado direito na perspectiva de quem olha do fundo do auditório para o palco. Ainda na primeira fileira, estava um rapaz de terno que antes do início da ouvidoria conversava com Hugo Capeal. Na primeira fileira, porém ao lado esquerdo, sentava-se uma representante do mecanismo de Combate e Prevenção à Tortura. Ainda no lado esquerdo, mais acima, estava outros representantes da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da OAB. E mais acima, sentado sozinho próximo à última fileira, estava o namorado de Cristina. No lado direito, atrás dos familiares dos presos, sentado no início da fileira, próximo ao meio, sentava-se Igor Medeiros, representante do GMF, que utilizou seu assento vago à direita para acomodar sua mochila. Duas fileiras acima, estava Cristina que separava folhas chamex a4 apoiadas em uma pasta para fazer suas anotações. Na fileira intermediária estavam presentes cerca de 6 alunos do curso de Direito da UFAL, que estavam no 5º e no 6º período. Mais acima uma representante da pastoral carcerária e na fileira mais atrás, sentavam-se Afrânio que fazia anotações com seu tablet e Rodrigo que tomava nota das falas em um bloquinho de anotações.

Da mesa

Às 15h Roberto iniciou a fala, explicando como ocorreria a auditoria, qual era o objetivo desta e tranquilizando familiares em relação ao sigilo da identidade deles e de seus familiares presos. Ainda durante esse momento inicial, entra no auditório o doutor Alisson, magistrado da 16ª Vara que senta-se ao centro da fileira, entre Roberto e Maiara. Enquanto se dirige ao seu lugar, o juiz é elogiado por Roberto em razão de sua pontualidade. Dentre os que vieram acompanhar a ouvidoria, havia cerca de vinte pessoas que se dividiam entre familiares e o pessoal da pastoral do cárcere. Depois, passou o microfone para que cada membro da mesa se apresentasse. Roberto presidente da CDDH e Máira a vice-presidente da



CDDH foram os primeiros. Além deles compunham a mesa Ana Pereira representante do Programa Justiça presente do CNJ; Thiago presidente da CDDH de Arapiraca; Rogério perito do Mecanismo de Combate e Prevenção á Tortura nacional; Karla Padilha presidente do Mecanismo de

Prevenção Estadual e membro do Controle Externo da Atividade Policial; Alisson Juiz da 16° vara; Fernando de Jesus Rodrigues professor e pesquisador do ICS/UFAL; Arthur Secretário Geral da CDDH; o advogado Hugo Capeal, diretor geral da OAB/AL; Igor o representante do GMF (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário) e, por fim, Mirabel, Superintendente de políticas para os Direitos Humanos e Igualdade Racial, representante da SEMUDH. Tendo sido feita essa apresentação, Roberto voltou a falar. No método adotado para conduzir a auditoria, foram elencados alguns eixos para guiar nosso diálogo. Primeiro Roberto dizia o eixo -assunto- e uma moça anotava quem estava inscrita e entregava o microfone para que a pessoa falasse quando chegasse sua vez. Desde já, Roberto tratou de amenizar os receios e preocupações por parte dos familiares que estavam inseguros devido a uma possível retaliação. Roberto deixou claro que seus rostos não seriam expostos e que ali era um espaço completamente seguro para denunciar violações sofridas tanto pelos seus familiares quanto por eles mesmos durante os dias de visita. Aberto os temas, elas poderiam falar abertamente ou tirar dúvidas. Além da gravação feita por mim e Fernando, Afrânio e Rodrigo junto a mim estávamos escrevendo tudo que eles falavam sistematizando assim as informações. Essa era a segunda ouvidoria promovida pela CDDH da OAB/AL com os familiares de reclusos de forma coletiva. No primeiro momento, realizado no auditório da ESA na sede da OAB na Jacarecica, havia cerca de 60 pessoas e transferências acabaram sendo realizadas e houveram retaliações por parte dos diretores. No decorrer da auditoria foi justificado pelas familiares que lá estavam que muitas mães e esposas ficaram com medo de represálias e não vieram. Uma mãe relatou: “Eu espero que não aconteça nada com meu filho.” O que não inviabilizou denúncias de maus tratos e informações sobre a rotina dos que estão privados de liberdade bem como de perseguições e humilhações com os familiares.

Eixo 1: Saúde no sistema prisional



- A primeira que falou foi a esposa de um homem que está preso no PSM2. Ela chamou atenção para a sujeira das celas relatando que há bichos peçonhentos no local. Ratos, escorpiões e caramujos foram os bichos que seu marido teria visto e dito a ela. Além dos bichos, ela nos contou sobre a história de seu marido. Lá dentro, ele precisava de um atendimento odontológico. Estava com a boca inchada por causa de um dente inflamado. O que causava muita dor além do alto risco de uma infecção. Segundo ela sem atendimento, sem o oferecimento de analgésicos por parte do sistema e no desespero seu marido arrancou o próprio dente “na unha” com ajuda de seus companheiros de cela. Notava-se um claro pessimismo em sua fala, que segundo ela os demais dentes de seu marido também estavam para cair, o que provavelmente faria com que ele tivesse que repetir o procedimento de arrancar o próprio dente.
- A segunda mulher nos relatou que seu familiar que estava preso no presídio Baldomero Cavalcante havia sofrido um AVC. Segundo ela, seu marido teve um AVC em 2019 no Cyridião e teve outro AVC após ser transferido para o Presídio Baldomero Cavalcante. No caso do primeiro AVC, a assistente social do Cyridião chegou a entrar em contato com a esposa, porém apenas para entregá-la uma receita médica pra que ela fosse comprar um medicamento, sem comunicá-la do AVC de seu marido. Ela apenas teve ciência do AVC durante uma das visitas em que já o encontrou com os olhos e com a boca tronxos e não foi avisada da condição médica do mesmo pela Assistente Social. Finalizou dizendo que não consegue entrar com os remédios que precisa tomar e fazendo um apelo pela melhoria nos atendimentos. Seu marido só tem um pulmão e reclama de muitas dores. No dia da ouvidoria ela esteve no sistema e chegou a explicar a situação de seu marido para a chefe da enfermagem que disse que iria “passar pro doutor“, mas assim como das vezes em que pediu anteriormente, eles não passaram. O atendimento no Baldomero, em suas palavras, foi classificado como péssimo.
- O terceiro a falar foi um rapaz cujo irmão, que se encontra preso no PSM2 e lá desenvolveu pressão alta durante o período que passou cumprindo pena. Segundo o



rapaz, o remédio que o sistema está oferecendo não está surtindo efeitos e não é permitido que o próprio familiar compre e leve para o seu irmão, sob a alegação de que o sistema já estaria dando a medicação. Segundo ele, em todas as visitas, seu irmão apresentava dores de cabeça e comportamento agitado.

- A quarta mulher que falou já era uma senhora. Cabelos grisalhos e aparência sofrida. Havia notado ela desde minha chegada enquanto conversava na porta com Fernando, Afrânio e Rodrigo. Ela estava num banco sentada próximo a nós. Parecia triste e tive a impressão de a ver chorando enquanto conversava com outra mulher que estava lá também familiar de preso. Em sua fala me ficou claro o porquê. O filho desta senhora havia morrido 24h depois de ser solto no PSM2. Ela nos contou bastante emocionada que seu filho após ser solto não passou com ela um dia. Ele estava cuspidando sangue desde que estava preso. Lhe foi negado atendimento dentro do PSM2. Seu filho foi solto já com problema grave no pulmão tendo com algumas horas após sua soltura ido para Unidade de Pronto Atendimento no bairro do Jacintinho, dando entrada às 22h. Ela ainda comentou que a funcionária da UPA era a mesma do PSM2. Ela chegou a dizer em tom de revolta: “Não foi você que disse que meu filho não tinha nada, olha ele aqui passando mal”. A assistente não deixou que ela entrasse para ver seu filho, a fazendo aguardar a noite toda em apreensão na UPA sem comunicar nada. Seu filho faleceu por volta de 16h do dia seguinte na UPA. Ainda quando seu filho estava preso, ela chegou a pedir algumas vezes para a assistente social que levasse seu filho ao médico. Uma vez ele chegou a ser internado mas não completou o tratamento.
- A quinta mulher também era mãe de um preso do PSM2. As queixas dela referente a saúde foram as mesmas das outras mulheres. Atendimento deficitário e precário além do problema das medicações. No caso desta mãe, seu filho estava urinando sangue graças a uma infecção que ele pegou. Ele chegou inclusive a se internar, o que nunca foi passado para família tendo a mãe sabido por ele depois. “Se ele tivesse morrido eu só saberia depois.” Outro problema apontado por ela foi que os pedidos que ela fez para poder levar Dorflex ao seu filho foram todos negados. “Meu filho sofreu um acidente de moto, precisa tomar um medicamento porque ele tem problema no joelho”, ela completou. Ela somente foi comunicada pela assistente social após



realizar um cadastro pois, segundo ela a assistente social até então não havia ligado para a casa dela em momento algum.

- Foram ouvidas ainda duas denúncias feitas pelos representantes da Pastoral. Um preso do Baldomero que está cego e não conseguiu ainda uma consulta com oftalmologista. Ele foi transferido sem o conhecimento da família e perdeu a comunicação com eles que não sabiam inclusive que o mesmo estava cego. Outro caso foi o de Santa Luzia, o presídio feminino. Uma senhora com trombose que tem 70 anos está lá presa. Foi relatado ainda que lá elas são mulheres invisíveis, não penteiam sequer o cabelo por não ter pentes. Várias sofrem de problemas psicológicos como depressão por exemplo.
- Roberto: “ Eles tem atendimento de madrugada?” Elas respondem que não. E uma das mulheres completou: “Não, uma vez chamaram o GAPE entraram logo atirando e jogando spray de pimenta. Falaram assim para eles: “ Espera ficar de manhã para morrer filha da pu**”.
- Meu marido estava precisando de atendimento. Levou uma pesada que tem a marca até hoje.

Eixo 2: Acesso à Justiça

A maioria dos relatos retrataram a ausência de acesso à justiça estando a maioria dos presos sem noção do que vem acontecendo em seus processos. Em uma das falas, a mãe de um dos presos não conseguia falar com o defensor designado para seu filho. “Eu não tenho acesso a ele, não entendo nada em relação a sentença”. Foi feita a denúncia do caso da 16ª vara, cujo só há um defensor (Dr. Ricardo) para atender cerca de 14 mil processos. O que é inclusive nas palavras de Roberto: “Humanamente impossível, um advogado para 14 mil presos.” Foi relatado que a dificuldade para acessar o sistema não é só por parte dos familiares mas também dos advogados. PSM2 é um dos presídios onde a dificuldade para falar com o cliente é maior. Vários advogados ficam esperando numa fila e quando conseguem entrar, são designados apenas três minutos para que o preso converse com o advogado. Vale ressaltar que não é todo advogado que consegue falar com preso tendo que ir



por mais de uma vez até conseguir contato. A justificativa do pessoal da administração do PSM2 é a falta de efetivo para acompanhar os advogados. “O problema é crônico e atinge a todos.” Houve uma denúncia de que haveria um menino de 17 anos preso e que este alega ser inocente. Destaquei duas falas importantes da Ana Pereira nesse eixo sobre a dificuldade do acesso à justiça que nos fizeram refletir .1- ” A questão é a qualidade do serviço. Como estamos trabalhando com a justiça restaurativa? A política dos egressos?” 2- O Brasil tem a terceira maior população carcerária. Não dá pra resolver o problema cada um no seu campo. Precisamos sentar todos na mesma mesa e elencar os problemas e os caminhos necessários para resolução. Precisamos nos conectar.”

Dados pessoais

Nome: Rosângela Gonçalves Pereira Elias

Telefones: (81) 999030156/ (82) 999817543

Unidade: PSM2

Nome do esposo: Leôncio da Silva

Nº do processo: 0501704-63.2007.8.02.0050

Demanda: procurou a Defensoria duas vezes para poder falar com o defensor porém não teve autorização

Eixo 3: Educação e trabalho

- A maioria dos relatos se direcionaram a dificuldade para conseguir trabalho ou estudo lá dentro principalmente por não ter critérios previamente definidos para tal. Assim, conseguir um trabalho lá acaba perpassando diferentes esferas internas e externas nebulosas sendo duas elencadas: “amizade” ou definindo melhor conhecimento entre família e administração e bom comportamento do preso. Uma das mulheres havia conseguido para seu marido a transferência para o módulo dos trabalhadores, lá agora ele trabalha e estuda. Segundo ela: “Lá tem regalias.” Quando perguntado “quais?” Ela continua: “Lá não tem ficha em dias de visita, entra por ordem de chegada, entra materiais de arte e tem estudo.” e completa em seguida: “Ninguém lá é melhor que ninguém, todos os módulos deveriam conseguir estudar.” Sobre as visitas foi



explicado ainda que nos outros módulos as visitas entram por sorteio, tendo uma vez que de 120 pessoas apenas 37 conseguiram entrar. Não são todos que entram não, disse Juliana. Que completou dizendo que após a outra reunião melhorou as questões de visita mas que na última ainda voltaram cinco mães. Três delas moravam no interior, explicou Juliana. “ Uma até ajoelhou no pé da policial penal e pediu por favor me deixa entrar e a policial com desprezo disse:” Não adianta fazer cena.”

- Outro relato foi de uma mãe que já tinha tentado conseguir para seu filho mas ainda sem sucesso ela disse: “ Ele sabe cortar cabelo, ele corta o cabelo dos presos lá. Não é fácil conseguir, há muitos que querem. Já dei o nome do meu esposo também, ele trabalha na construção civil, só que até agora nada. Demora demais, fica tudo enganchado lá.”
- Um rapaz relatou que foi barrada a entrada de materiais de artesanato no PSM2. O PSM2 não possibilita a leitura e o estudo. Segundo uma das esposas, demora 3 meses para entrar um jogo como dominó e dama para ocupar os presos.
- No Baldomero somente podem trabalhar os presos do módulo 3.

Eixo 4: Alimentação

- Juliana disse que já acompanhou a entrega dos pães. “ Os pães caíram no chão, o policial pegou e botou de volta na cesta para dar a eles.” E continuou: “ Eu já vi garibu lá dentro. Inclusive entre os pães. Eles não querem saber dão para comer mesmo assim.” Ouvi as duas mulheres da pastoral que estavam atrás de mim confirmando a versão de Juliana entre elas. Além da questão da higiene e dos relatos sobre como as comidas trazidas pelas chegam aos presos, a exemplo das bolachas:” Eles quebram, chega só o farelo”, foram feitas menções também a comida crua e estragada. Macarronada e fígado aparecem no topo das reclamações como a pior comida dada aos presos.



- A esposa de um preso do PSM2 falou que seu marido chegou a encontrar um caramujo na comida
- A alimentação fornecida pelo PSM2 foi alvo de muitas críticas e considerada péssima. Pela manhã os presos recebem 2 pães secos com um café frio. No almoço recebem uma comida azeda em pouca quantidade, geralmente acompanhada de uma carne crua. Não há frutas. Há muita dificuldade de alimentação por parte dos presos com intolerância à lactose. A janta é servida de 18h e após isso somente vão comer novamente no outro dia.
- A representante da pastoral chegou a comentar que viu um rato passando por entre os pães no Cyridião.

Demais denúncias

Houveram algumas denúncias passadas pelos familiares que necessariamente não contemplam um dos eixos então listei-as aqui.

- Uma das que foram mais recorrentes é a questão das roupas que estariam chegando aos presos manchadas de água sanitária. Segundo foi explicado, são duas sacolas na visita, uma com feira e roupas e outra com os produtos de limpeza. Segundo outra mãe, a água sanitária vem dentro de uma garrafa PET que os policiais abrem para cheirar. Estavam então sendo as roupas misturadas com os produtos de limpeza o que estaria estragando não só as roupas mas também os alimentos. Uma das mães relatou que levou cuecas vermelhas para o seu filho e lá dentro elas chegaram todas amareladas de tantas manchas causadas pela água sanitária. Foi ressaltado por uma das mães: “Meu filho estava precisando de uma camisa. Comprei e levei. Chegou até ele toda manchada de água sanitária. Não tinha como ter manchado sozinha. Conheço o caso de outra moça que a roupa do marido chegou a ele assim também. Tô reclamando por mim e por ela.”
- Outra reclamação foi sobre os lençóis que não tinha para todo preso e a família também não conseguia entrar quando trazia. “Só entra de solteiro, a mulher teve que



rasgar no dente o lençol para não voltar.” Os agentes dificultam a entrada medindo o lençol com os braços, ainda que as etiquetas mostrem que os lençóis estejam dentro do padrão permitido.

- Falta de respeito com os familiares constante nas visitas. Humilhações e xingamentos. “Não somos respeitadas, nos chamam de vagab****, put** e tudo mais. Gritam, nos humilham. Se a gente falar eles que são perseguidos (presos), apanham , levam tiro de borracha, spray de pimenta, meu marido quase ficou cego”, relatou uma das mulheres.
- Foi pedido tanto pelos familiares quanto pelos presos (visita ao Cyridião Durval) a entrada de material de artesanato e jogos para que eles pudessem ter um passa tempo.
- O uso da máquina que ao invés de ajudar se tornou um problema para as famílias. “A gente fica sem comer, eu mesma já fiquei 24h sem comer, já tomei remédio. Todo mundo toma lactopurga com medo de perder a visita. A gente já entra tremendo.”
- Uma mãe nos relatou que seu filho estava na triagem, sem colchão e sem lençol. “Na triagem não tinha feira, visita, banho de sol e colchão nem nada.” Tem gente que não tem nem família. Os meninos pedem ajuda quando vou visitar meu filho.
- “Eles judiam. Jogam a comida no chão. Molha os colchões. Da jato de água fria neles. Eles ficam nus e descalços. Colocam os cachorros no meio deles e eles tudo nus” (Relato mãe PSM1)
- Ali é uma faculdade de bandido. Como é que eles vão melhorar assim? Como eles estão sendo ressocializados? Ali só vai sair gente pior eu não quero que meu filho saia pior, relatou uma mãe.
- Muitas das mães o tempo todo faziam menções a Deus e a religião. "Vocês tem a sabedoria de Deus e ocupam esses cargos importantes, nos ajudem” foi o relato de uma delas. A pastoral finalizou com uma mensagem bíblica ressaltando a importância da união.



- No PSM1 foram relatadas diversas situações de violação de direitos humanos. Há espancamentos por parte dos policiais penais com o uso de toalhas; levam cachorros dentro das celas para urinar e defecar na área onde os presos ficam, geralmente dormindo no chão; os presos tem que ficar nus e descalços dentro de celas molhadas e cheias de mofo.
- Familiares relataram que nas visitas encontraram marcas de pé nas costas e arranhões em seus familiares causados por agressões físicas praticadas por policiais penais do presídio Baldomero



Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

Ficha Técnica Institucional

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

Membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

Presidente

Roberto Barbosa de Moura

Vice-Presidente

Mayara Heloise Cavalcanti Da Silva

Secretário-Geral

Arthur De Sousa Lira

Ficha Técnica do Relatório

Auditoria com ex-reeducandos e familiares de presos do sistema prisional alagoano

Autores (as)

Cristina Maria Costa da Silva Pequeno

José Afrânio Alves de Santana Filho

Rodrigo Rodrigues Kandasamy

Especialistas convidados

Fernando de Jesus Rodrigues - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.